



REGISTRO DE REUNIÃO	
Data:	28/09/2017
Reunião:	3ª Reunião GTA OH
Grupo:	Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Operações Hidráulicas - GTA OH
PARTICIPANTES	
INSTITUIÇÃO	
Vera Lúcia Teixeira	CBH MPS
João Gomes Siqueira	CBH BPSI
Edson José Rezende Luciano	CESP
Sérgio Cerminaro	CESP
Marcelo Roberto Rocha de Carvalho	FURNAS
Daniele Rodrigues Ornelas de Lima	FURNAS
Fabício Gomes	DAEE
Antônio Augusto	ANA
Diego Pena	ANA
Roberto Moraes	ANA
Julio César O. Antunes	Comitê Guandu
José Roberto Schmidt	CETESB
Zeila Piotto	FIESP
Sandro Bouth Guedes	AGEVAP
Lincoln Barreto	Light Energia
Diogo Azevedo	Light Energia
José Luiz Governo	Comitê Guandu
Mariana de Paula	Ternium
Paulo Diniz	ONS
Edson Falcão	INEA
Larissa Ferreira	INEA
Lícius Sá Freire	CBH Rio Dois Rios
Cid Magalhães	Prefeitura de Rio Claro
Paulo de Tarso	FIRJAN
Eduardo Dantas	CEIVAP
Nélio Rodrigues	CEDAE
Jorge Rossi	CEDAE
Mayná C. Moraes	CEDAE
Celso Bandeira	UFJF
Luiz Roberto Barretti	ABES SP
Eduardo Araújo	IGAM
Tipo:	Videoconferência
Local:	ANA, ONS, FIRJAN Campos dos Goytacazes, CBH/PS, DAEE Taubaté, AGEVAP, CESP, SABESP, CETESB e FIESP.
RELATO DA REUNIÃO	
Eduardo Dantas (CEIVAP) iniciou a reunião informando que exerceria a coordenação até o	

item 2 e pediu que todos se apresentassem. Após as apresentações, ele pediu para o Sr. Sandro Bouth (AGEVAP) fazer os informes em relação ao processo que envolve o nome da Sra. Maria Aparecida Vargas, ex-coordenadora do grupo.

Sandro Bouth (AGEVAP) mencionou que a AGEVAP recebeu um ofício do Poder Judiciário Federal informando as medidas que o CEIVAP e a AGEVAP deveriam tomar em relação a Sra. Maria Aparecida Vargas. Ele informou que não tinha mais informações a respeito do ofício por conta do sigilo judicial. Complementou dizendo que as medidas já foram todas tomadas, tanto pela AGEVAP quanto pelo CEIVAP, no tocante as notificações enviadas. Lembrou que o afastamento é uma coisa inevitável, pois a decisão judicial tem que ser cumprida. Afirmou não ter mais informações do processo por conta do bloqueio judicial e se colocou à disposição para qualquer outra pergunta.

1- Aprovação da ata da reunião anterior (15/09/2017)

Após os esclarecimentos, o Sr. Eduardo Dantas (CEIVAP) conduziu a discussão para o primeiro item de pauta e abriu espaço para possíveis sugestões de alterações no registro de reunião.

Larissa Ferreira (INEA) disse que tinha algumas alterações para fazer na ata, mas não teve tempo de enviar para todos e que algumas falas do Paulo precisam ser reavaliadas. Ela sugeriu que fosse aprovada na próxima reunião.

José Roberto Schmidt (CETESB) informou que encaminhou para a Daiane (AGEVAP) o pedido de inclusão do nome dele na ata da última reunião.

Eduardo Dantas (CEIVAP) disse que se o grupo concordar, a aprovação da pauta ficará para a próxima reunião, conforme sugerido pela Larissa Ferreira (INEA). Em seguida, conduziu a reunião para o item 2.

2- Eleição do Novo Coordenador do GTA OH

Eduardo Dantas (CEIVAP) abriu espaço para os membros manifestarem interesse em assumir a coordenação do GTA OH.

Fabício Gomes (DAEE) disse que os representantes de São Paulo estiveram conversando e eles acharam que seria interessante que o CEIVAP, através de sua agência de bacia, coordene o grupo. A indicação é que o André Marques (AGEVAP) seja o coordenador, pois acredita que vai agradar os diversos participantes do grupo.

Julio Cesar Antunes (Comitê Guandu) lembrou que a coordenação só pode ser ocupada por membros do grupo e a AGEVAP não é membro formal. Ele sugeriu, em função da sua participação ativa no grupo, o nome do Edson Falcão para a coordenação, tendo em vista a experiência dele e posto que o Marcelo Carvalho (FURNAS) não pode continuar, apesar do bom trabalho na coordenação desenvolvido até então.

Fabrcio Gomes (DAEE) falou que entende que n3o seria conveniente a coordena33o ser ocupada por um representante de algum dos 33rg33os gestores. Acha mais adequado ser o CEIVAP ou a AGEVAP, apesar de n3o saber se est33 dentro da legalidade. N3o concorda com a indica33o do J33lio Cesar (Comit33 GUANDU) e n3o se coloca como candidato.

Zeila Piotto (FIESP) comentou que o GTAOH 33 um grupo no 33mbito do CEIVAP e tendo em vista que a AGEVAP 33 o bra33o executivo do Comit33, acredita que essa quest33o da legalidade se aplica. Ela sugeriu que, nesse momento, o secret33rio executivo do CEIVAP, Eduardo Dantas (CEIVAP), assumisse a coordena33o, porque assim seria algu33m do CEIVAP 33 frente do grupo.

Paulo de Tarso (FIRJAN) disse que acompanha a posi33o do Sr. J33lio C33sar Antunes apoiando o Edson Falc33o como candidato a coordenador.

Eduardo Dantas (CEIVAP) pediu para o representante da Assessoria Jur33dica da AGEVAP, Sr. Sandro Bouth, opinar sobre a indica33o do Sr. Andr33 Marques para coordenador.

Sandro Bouth (AGEVAP) disse que, com base na delibera33o que comp33e o Grupo de Trabalho, n3o existe a possibilidade do Diretor-Presidente da AGEVAP assumir o cargo de coordenador do GT, pois ele n3o comp33e o grupo de membros. Complementou dizendo que, conforme a delibera33o, ao avaliar a possibilidade de pessoas para serem eleitas a coordena33o, os poss33veis s33o citados no item do artigo terceiro da delibera33o. Ou seja, n3o 33 poss33vel eleger o representante da AGEVAP por n3o constar na mesma.

Zeila Piotto (FIESP) falou que foi importante o Sandro Bouth (AGEVAP) citar isso porque ficou decidido que a AGEVAP, enquanto secretaria executiva, n3o faria parte de Grupos de Trabalho.

Eduardo Dantas (CEIVAP) pediu para verificar a quest33o se ele pode assumir a coordena33o interinamente.

Edson Falc33o (INEA) perguntou ao Sr. Sandro Bouth (AGEVAP) se, segundo o artigo que ele comentou, para ser coordenador 33 preciso ser membro do grupo ou se os membros convidados tamb33m podem, visto que o Eduardo Dantas (CEIVAP) entraria no mesmo caso que o Andr33 Marques, da AGEVAP, porque ele tamb33m n3o 33 membro do GT.

Zeila Piotto (FIESP) respondeu que o problema n3o 33 a pessoa, mas sim a entidade que n3o 33 membro do grupo.

Edson Falc33o (INEA) comentou que a CEDAE possui dois representantes e que o Eduardo Dantas (CEIVAP) n3o est33 como representante da referida Companhia. Caso se tornasse o representante da CEDAE no GT, ent33o estaria habilitado para ser coordenador do grupo.

Sandro Bouth (AGEVAP) explicou que a delibera33o n3o fala claramente a quest33o que foi posta, entretanto, no artigo terceiro encontra-se uma composi33o de membros, dentre eles, os membros que s33o convidados permanentes. Mesmo assim, n3o encontra-se de forma clara quem poderia ou n3o assumir a coordena33o. Foi dado o exemplo do GTAI que existe

uma regra que o coordenador do grupo precisa ser o membro da ANA. Por analogia, considerando os outros grupos, nesse caso o GTAOH, a condição para ser coordenador é ser membro.

Eduardo Dantas (CEIVAP) esclareceu que a dúvida seria do CEIVAP que também não é membro do grupo, ter seu representante como condutor da reunião até que seja definido novo coordenador, tendo em vista que este cargo foi desocupado.

Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) desculpou-se pelo atraso pois estava em uma reunião e disse que o Sr. André Marques (AGEVAP) pediu para justificar a ausência porque foi a Resende para uma reunião com o Ministério Público. Ela disse que não vê impedimento em nenhum dos nomes sugeridos. Atualmente, a CEDAE tem duas vagas no GT e o Eduardo Dantas (CEIVAP) é secretário-executivo do CEIVAP.

Paulo Diniz (ONS) discordou da Sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS), pois acredita que o coordenador tem que ter perfil, independente da instituição. Complementou dizendo que o coordenador deve ser pessoa articulada, que entenda da operação hidráulica do sistema, e da complexidade da bacia. E disse, ainda, que o Eduardo Dantas tem todas as características para assumir a coordenação desse grupo. Sugeriu que o Eduardo Dantas assumisse o posto de coordenador interino até que o grupo tivesse um nome de consenso.

Edson Falcão (INEA) sugeriu que a CEDAE substituísse algum dos seus membros atuais pelo Eduardo Dantas para evitar problemas legais posteriormente.

Júlio Cesar (Comitê Guandu) concordou que o nome do coordenador deve ser um consenso. Apoiava a ideia de provisoriamente colocar o Eduardo Dantas (CEIVAP) como membro da CEDAE sendo necessário um documento para a formalização. Completou dizendo que não achava válido perder a reunião toda apenas discutindo esse item, mas sim focar nos outros temas da pauta.

Zeila Piotto (FIESP) sugeriu que um representante da ANA assumisse a coordenação de forma provisória no lugar do Eduardo Dantas (CEIVAP), visto a capacidade técnica da agência e por conta da agenda cheia do Eduardo.

Marcelo Carvalho (FURNAS) disse que enquanto coordenador as decisões do grupo eram tomadas através de consenso. Ele emitia uma correspondência com as recomendações acordadas pelo grupo à Diretoria do CEIVAP que posteriormente enviava a carta para ANA oficializando os resultados das reuniões do GTAOH. Acredita que se o Eduardo Dantas, ocupar as duas posições, de Secretário do CEIVAP e coordenador do GTAOH, poderia gerar uma situação juridicamente frágil ou questionável. O mesmo poderia se aplicar caso o cargo fosse ocupado por alguém da ANA.

Antônio Augusto (ANA) disse que a ANA já coordena o GAOPS, e que no GTAOH é um membro convidado com a função de dar apoio técnico e administrativo. Entende que o coordenador deveria ser um membro do grupo.

Fabrcio Gomes (DAEE) falou que como o GTAOH é um grupo de apoio ao CEIVAP, a ANA

poderia assumir provisoriamente a coordenação, até que se tenha um consenso de um nome para a coordenação.

Roberto Morais (ANA) pediu para o Sandro Bouth (AGEVAP) esclarecer uma questão: a vaga de coordenador estava ocupada pela representante do COMPÉ, não teria o Comitê que indicar um nome em substituição ao da Sra. Maria Aparecida Vargas; e se o mesmo não participará mais do grupo.

Sandro Bouth (AGEVAP) falou que, segundo seu entendimento, uma vez que a vaga encontra-se disponível, entende que deveria acontecer uma escolha independente do comitê. Ele disse que, como ela foi afastada, a vaga está em aberto, o processo democrático através da escolha dos membros é a forma mais adequada, ao invés de dirigir a vaga para uma pessoa que talvez não seja da escolha do grupo.

Zeila Piotto (FIESP) destacou que o grupo escolhe a pessoa, não a entidade e é assim que funciona em todos os grupos do CEIVAP.

Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) desculpou-se pelo atraso e concordou com a fala da Sra. Zeila Piotto. Ele apoiou a ideia do representante da ANA ficar como coordenador temporariamente, visto que é papel da Agência proporcionar a harmonização dos comitês, o que não impede que, na próxima reunião, seja realizada eleição em busca de um nome de consenso. Com a ANA coordenando provisoriamente, o grupo teria tempo para se articular e entrar em consenso.

Edson Falcão (INEA) perguntou se alguém tem alguma objeção com o nome Eduardo e, se não houver, o Eduardo ficaria como coordenador interino e marcaria a próxima reunião do grupo para decidirem esse item, pois tem assuntos importantes a serem discutidos e a reunião precisa ter continuidade. Ele perguntou se alguém era contra ao prosseguimento da reunião e o adiamento da eleição para a próxima reunião.

Zeila Piotto (FIESP) pediu ao Sandro Bouth (AGEVAP) para confirmar a informação de que membro convidado permanente pode ser coordenador do GT.

Sandro Bouth (AGEVAP) confirmou que membro convidado e membro permanente podem ser votados para assumir a coordenação. Portanto, um representante da ANA pode assumir a função.

Edson Falcão (INEA) perguntou se algum dos membros convidados tem interesse em se candidatar à coordenação. Caso contrário, o grupo deveria seguir a pauta.

Joaquim Gondim (ANA) propôs que o Eduardo Araújo (IGAM) assumisse as reuniões como coordenador interino até que o grupo eleja outro membro. Caso não seja possível, indicou o Marcelo Carvalho (FURNAS) como interino por ter sido o coordenador durante anos.

Eduardo Araújo (IGAM) falou que desconhecia a situação da Sra. Maria Aparecida Vargas e, em relação ao COMPÉ, informou que estão em processo de substituição de conselheiros. Ele havia convidado para participar da videoconferência o professor da UFJF e especialista

na área, Celso Bandeira de Melo, e indicou o nome dele para a coordenação.

João Gomes (CBH-BPSI) indicou o nome do Sr. Paulo Diniz (ONS).

Eduardo Dantas (CEIVAP) disse que entende a importância do coordenador ser membro a fim de evitar possíveis complicações jurídicas. Perguntou se a ANA tem interesse em coordenar interinamente, e que concorda que o nome do Marcelo Carvalho (FURNAS) para coordenador temporariamente seria ideal, visto que ele já havia conduzido o grupo.

Daniele Rodrigues (FURNAS) informou que o Sr. Marcelo Carvalho (FURNAS) teve que se ausentar por um momento, porém deixou avisado que seria impossível ele assumir a coordenação, mesmo que de forma interina, ele não pode se comprometer com representações externas, tendo em vista demandas recebidas da Superintendência de Furnas.

Julio César Antunes (Comitê Guandu) sugeriu deixar a decisão para a próxima reunião e seguir com o Sr. Eduardo Dantas conduzindo os outros itens de pauta da reunião.

Os demais presentes concordaram com a sugestão do Sr. Júlio César Antunes e o Sr. Eduardo Dantas (CEIVAP) conduziu a reunião para o próximo item da pauta.

3- Apresentação do ONS: Plano Anual de Prevenção de Cheias – Ciclo 2017/2018, para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

Paulo Diniz (ONS) apresentou as condições hidráulicas da bacia do Rio Paraíba do Sul. Ele começou dizendo que o mês de setembro tinha apresentado vazões menores que a metade da média, sendo o pior mês de setembro de todo o histórico, ultrapassando a pior marca até então de 2014. Posteriormente, falou do Planejamento de Controle de Cheias do ciclo 2017-2018. Continuou a apresentação informando que o histórico de regularização hidráulica no Brasil começou com o setor elétrico. Quando os grandes reservatórios de regularização são implementados, eles armazenam o excesso de água do período chuvoso para usar no período de seca, com isso a vazão operada fica com a amplitude muito menor. No rio com regularização, ao longo de vários anos, a variação do nível desse rio a jusante de um grande barramento acaba sendo muito menor, o que dá para a sociedade a falsa sensação de que aquela calha natural do rio é passível de ser utilizada para fins socioeconômicos e é isso que observa-se na bacia do Rio Paraíba do Sul. Paulo Diniz explicou que o tempo de recorrência da cheia é o medidor do seu grau, cujo responsável pela sua estimativa é o agente proprietário e operador da usina. Ele encerrou dizendo que na bacia do rio Paraíba do Sul os pontos de controle do setor elétrico são: Guararema e Jacareí, a partir de Santa Branca; as cidades de Resende, Barra Mansa e Volta Redonda, a partir de Funil; abaixo dos mesmos não há mais influência da operação dos reservatórios. Finalizou mostrando o histórico de cheia de Santa Branca e de Funil e se colocou à disposição para esclarecer qualquer dúvida.

José Roberto Schmidt (CETESB) perguntou sobre o ponto crítico existente à montante de Funil na cidade de Aparecida no bairro Ponte Alta que, em 2011, sofreu uma inundação por conta da cheia do rio Paraíba do Sul.

Paulo Diniz (ONS) respondeu que historicamente as restrições identificadas passíveis de serem controladas no Rio Paraíba do Sul são as mostradas no slide 13 da referida apresentação e que o ONS protege esses pontos de controle. Informou que nos outros locais podem haver dois problemas: o primeiro é de uma cheia de um afluente, uma inundação marginal. Aparecida é depois da confluência do Paraíba do Sul com o Jaguari. Na bacia do Paraíba do Sul existe o complicador que não há como controlar as vazões de vertimento em Jaguari e Paraibuna e em função disso, não tem como controlar as vazões nesses pontos. Já no ponto citado pelo Sr. José Roberto Schmidt, a bacia de drenagem é tão grande que é insignificante alocar qualquer volume de espera em Santa Branca para proteger esse ponto, em Jaguari e Paraibuna não tem controle. O setor elétrico faz oficialmente a operação do controle de cheia na bacia do Paraíba do Sul com esses pontos destacados, o que não significa que não poderá ocorrer inundação em algum ponto da bacia.

Não havendo mais dúvidas, o Secretário do CEIVAP prosseguiu para o próximo item de pauta.

4- Discussão sobre a pauta da próxima reunião do Grupo de Assessoramento à Operação do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul – GAOPS (a ser enviada posteriormente)

Eduardo Dantas (CEIVAP) mencionou que na reunião anterior do GTAOH foi acordado que o grupo se reunisse por volta de uma semana antes da reunião do GAOPS para analisar se algum item da pauta merece ser discutido no grupo antes. A pauta do GAOPS foi encaminhada para os membros do GTAOH em 26 de setembro e possui 4 itens, dentre eles: apresentação do ONS, que já foi apresentada ao grupo; formalização das vazões de transposição entre Jaguari e Atibainha. O posicionamento dos órgãos gestores estaduais já vem sendo discutido e já tem alguns desdobramentos. Complementou dizendo que consiste em se ter um documento conjunto dos 3 Estados e a ANA, tendo em vista que a resolução conjunta 1382/2015 não explicita as vazões da transposição. Neste momento, o Secretário abriu espaço para os membros se manifestarem e pediu a ANA pra contextualizar como esse assunto seria discutido no GAOPS.

Antônio Augusto (ANA) explicou que havia uma solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro para que fosse internalizado dentro da resolução conjunta os limites de transposição do Jaguari para o sistema Cantareira. Na última reunião do GAOPS foi apresentada uma proposta de redação estabelecendo os limites de transposição, e o representante da Secretaria de Recursos Hídricos de São Paulo colocou que caberia ao DAEE conceder outorga deste Sistema e que ele entendia que a formalização solicitada poderia ser feita apenas através de um documento assinado pelo GAOPS e não pela inclusão de algum artigo na Resolução Conjunta. Como não chegaram a um consenso, os órgãos gestores iriam levar a questão aos superiores e voltariam com um posicionamento na reunião seguinte.

Edson Falcão (INEA) disse que na penúltima reunião do GAOPS levantou esse assunto, e a preocupação era formalizar um documento assinado por todos os órgãos gestores e o

CEIVAP. Em seguida relatou um histórico sobre a transposição de SP.

Em 2015, a ANA criou o grupo, formado por representantes de MG, RJ e SP, CEIVAP e ANA, para avaliar tecnicamente a viabilidade da transposição proposta por São Paulo. A conclusão do grupo, assinada por todos os membros, era que para que fosse viabilizada essa operação, era imprescindível se elaborar novas regras de operação hidráulica no sistema do Paraíba do Sul. Nesses estudos foram consideradas as vazões de transposição solicitadas por SP, no entanto estas vazões não foram formalizadas em documentos, além do relatório técnico do grupo. Mencionou que, seria importante criar um documento assinado pelos estados, pela ANA e o CEIVAP e assim formalizar essas vazões, que já foram acordadas. Lembrou que na reunião citada todos os membros se posicionaram a favor. Logo após a reunião o INEA encaminhou um ofício para a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) relatando o ocorrido e a última encaminhou um ofício para a ANA e CEIVAP. O posicionamento da SEA nesse ofício foi indicar que a viabilidade técnica da transposição foi avaliada considerando apenas a vazão transposta média de 5,13 m³/s e máxima de 8,5 m³/s, e que achava necessária a criação de um documento que formalizasse essas vazões e caso São Paulo tiver necessidade de uma vazão diferente destas, os representantes do referido Estado conversariam e viabilizariam tecnicamente essa futura vazão como a ANA, o INEA e o IGAM. O Estado de São Paulo, na reunião seguinte, mudou de ideia e se posicionou contrário a se ter uma nova resolução e que as vazões já haviam sido pactuadas entre todos e, portanto, não viam o porquê se elaborar um documento adicional aos já existentes.

Fabricio Gomes (DAEE) falou que a resolução conjunta citada pelo Edson Falcão foi baseada em estudos técnicos e que é preciso deixar claro a questão da legalidade: a outorga de Jaguari só pode ser feita pelo DAEE e não por outro órgão gestor. A resolução trouxe, no seu conteúdo, o resultado das discussões que já foram feitas, tanto técnicas quanto políticas. Eles entendem que não existe dentro da resolução uma limitação de outorga de nenhum órgão gestor de outro estado. Mencionou que, não seria necessário inserir em uma resolução conjunta uma limitação que pode ser feita apenas pelo órgão gestor do estado. Se tiverem que alterar a resolução, a discussão será aberta e levada para os superiores. A outorga é estadual e é uma questão constitucional, apesar de fazer parte de uma bacia de um complexo maior, porém é necessário estar atento à questão da legalidade.

Julio César Antunes (Comitê Guandu) pediu que um representante da ANA se posicionasse em relação às discussões, em especial sobre a assinatura de um documento conjunto que deixasse claro todas as considerações e premissas do que havia sido acordado para a transposição do Paraíba do Sul.

Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) concordou com o posicionamento do Sr. Julio César Antunes (Comitê Guandu) e está de acordo com as premissas constarem na resolução.

Joaquim Gondim (ANA) falou que foi proposto 2 alternativas aos órgãos gestores. A discussão está na questão sobre se será realizada uma revisão da resolução ou se, como previsto na própria resolução, os itens que não se encontram lá podem ser colocados em forma de comunicados que também é assinado pelos três órgãos gestores e pela ANA. As pessoas que irão assinar é a discussão que será levada para o GAOPS. A ANA pediu uma

consulta aos órgãos gestores, se iriam assinar um comunicado ou a revisão da resolução. O que tem sido discutido é a forma que esse documento será feito. O Estado de São Paulo prefere o comunicado, já o Estado do Rio de Janeiro prefere incluir na própria resolução conjunta. Na próxima reunião do GAOPS esse item será discutido, por conta disso os órgãos gestores tiveram tempo de consultar seus dirigentes com antecedência.

Fabricio Gomes (DAEE) disse que o Estado de São Paulo entende que qualquer documento que limite uma ação do órgão gestor no curso de água de um domínio estadual é complicado e que esta é a posição da Secretaria de Estado de São Paulo.

Paulo Diniz (ONS) explicou que no setor elétrico, quando se encontra algo que não existe na norma de operação, o setor faz um novo acordo em consenso e registra, para que exista um histórico daquele acerto. Ele entende que o que está sendo pedido não é uma limitação legal das atribuições do órgão gestor de São Paulo, mas sim, que se tenha uma discussão técnica futura, caso necessário. Ele lembrou que o ONS foi uma das entidades que avaliou a aplicabilidade da Resolução Conjunta nº 1382/2015, dentro do GTAOH e numa comunicação formal do ONS à ANA perguntou sobre o valor de transposição de Jaguari nesse cenário de avaliação. Finalizou mencionando que o que está sendo pedido é que, se no futuro o DAEE for revisar a outorga, sejam discutidos os possíveis impactos para a Bacia e identificado ações para mitigá-los.

Edson Falcão (INEA) falou que a formalização discutida é de algo que já foi pactuado entre todos, inclusive por representantes de São Paulo. O objetivo não é tirar a autonomia dos Estados na outorga de seus rios estaduais, mas nos casos excepcionais onde ocorre transposição de água de uma bacia para outra se tenha uma decisão mais ampla entre os envolvidos. O pacto fará com que caso o estado de São Paulo precise alterar este valor no futuro, avalie alternativas com os órgãos gestores dos três Estados e o comitê.

Fabrício Gomes (DAEE) comentou que o Estado de São Paulo não se negou em discutir qualquer alteração e que toda outorga emitida pelo DAEE foi fundamentada em estudos. A preocupação é de todos. Não há como um órgão gestor de qualquer estado abrir mão das suas prerrogativas e a lei diz o que tem que ser feito.

Joaquim Gondim (ANA) disse que essa discussão será realizada no GAOPS e que o papel do GTAOH é decidir se levaria algum encaminhamento do grupo para o GAOPS.

Eduardo Dantas (CEIVAP) conduziu então para os membros se manifestarem sobre o encaminhamento do grupo para esta questão.

Edson Falcão (INEA) concordou com a fala do Fabrício Gomes e disse ainda que é necessário convergir para um encaminhamento do grupo. O representante do INEA mencionou que dentro do comitê quem tem conhecimento para avaliar esta questão é o GTAOH. Propôs que o Grupo se posicione favorável a importância de que alterações na outorga da transposição seja precedida de uma discussão técnica. Lembrou ainda que num futuro próximo, um eventual aumento na transposição do Jaguari poderia implicar numa redução da vazão no Paraíba do Sul, portanto é imprescindível a elaboração de um documento que garanta que essa decisão não seja tomada sem as devidas discussões com

os demais órgãos gestores da Bacia e comitês.

Lícius Sá (CBH-R2R) disse que o comitê Rio Dois Rios tem uma preocupação a montante e a jusante de sua região e para continuar a discussão seria importante a implementação da proposta de um documento de formalização dos valores das vazões médias e máximas, tanto no trecho Jaguari - Atibainha como no contrário, para a partir daí se ter um ponto de partida para discussão. Sugere que no encaminhamento seja colocado que estas questões deverão ser discutidas dentro do GTAOH e que seja inserido um novo artigo na resolução conjunta, caso os membros do grupo estejam de acordo. Perguntou ao Paulo Diniz se isso é possível.

Edson Falcão (INEA) respondeu que o grupo pode pensar em fazer o encaminhamento para o GAOPS discutir na próxima semana. Ele sugeriu que o GTAOH providencie um comunicado para a secretaria executiva do CEIVAP encaminhar ao GAOPS. Nesse comunicado estaria o entendimento que o grupo julga necessário a formalização das vazões de transposição através de um documento assinado pelos três órgãos gestores e pela ANA. Poderia até sugerir o artigo para acrescentar na resolução conjunta existente.

Fabricio Gomes (DAEE) falou que o grupo não pode partir para a radicalização e tem que tentar o consenso e este assunto não é um consenso agora. Complementou dizendo que ficam com a posição de que não há necessidade de constar na resolução conjunta este dado de outorga emitida pelo DAEE. Finalizou acrescentando que entendem que esse texto não é adequado.

Eduardo Dantas (CEIVAP) resgatou que na próxima reunião do GAOPS serão analisadas as duas propostas, encaminhadas pelo INEA e SSRH-SP. Seria interessante se a ANA pudesse colocar na tela o que vai ser analisado. Nenhuma das duas propostas falam da não formalização e isso extrapola o âmbito do CEIVAP. O CEIVAP pode discutir os seguintes pontos: se o comitê deve se manifestar sobre esse tema, se tem uma recomendação complementar e se para o comitê é interessante ou não a formalização dessas vazões.

Zeila Piotto (FIESP) se manifestou que esses textos têm que ser enviados por escrito para todos poderem analisar.

Paulo Diniz (ONS) disse que é preciso analisar sob a ótica de um comitê de bacia. Que estaria errado um fórum dentro do comitê dizer que não é importante debater sobre as transposições de água da sua bacia. Sugere que o encaminhamento do GTAOH seja sobre a importância de que se tenha um debate dos valores a serem transpostos.

Paulo de Tarso (FIRJAN) comentou que seria importante anexar o memorial do cálculo que foi feito e que já foi discutido e que a FIRJAN entende que é importante que saiam com essa definição por escrito.

Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) disse que se preocupa em não radicalizar as posições e disse que o comitê paulista está no meio das duas transposições e o fruto dessas discussões não pode gerar limitações do uso dentro da bacia. Ele acredita que para o

posicionamento do CEIVAP, é preciso saber quais são as demandas estaduais e pensar que cada um tem uma demanda e uma visão do futuro. Finalizou dizendo que a discussão é sadia e é preciso conhecer os termos para chegar a um consenso.

Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) dirigiu a palavra ao Joaquim Gondim (ANA) dizendo que o que está sendo pedido já foi acordado e que os demais só querem regularizar aquilo que já foi acordado, sem alterar nada. Ela perguntou o porquê do receio de colocar no papel o que já foi de consenso.

Fabricio Gomes (DAEE) perguntou qual a preocupação de não confiar no que o órgão gestor do Estado de São Paulo vem fazendo. Lembrou mais uma vez que para eles, entende-se que não há como fazer uma gestão que não seja compartilhada.

Zeila Piotto (FIESP) questionou que se já está no acordo, ela não vê qual seria a demanda.

Edson Falcão (INEA) explicou que o acordo mencionado pela Sra. Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) foi elaborado pelos técnicos dos Estados, mas não foi formalizado na resolução conjunta. Em relação a confiança entre as partes, lembrou do incidente ocorrido durante a crise hídrica de 2014/2015, onde o a CESP, por orientação do Estado de São Paulo, operou o reservatório de Jaguari de maneira unilateral, descumprindo as orientações do ONS. Por tanto, existem precedentes recentes. Também frisou que se o Estado de São Paulo quiser aumentar a vazão necessitaria apenas implantar novas bomba. Frisou novamente que a ideia é que tudo seja conversado para construir a viabilidade técnica. Mencionou que não são contra liberar mais água para transposição de São Paulo, caso seja necessário. Sugere que o GTAOH se manifeste sobre a necessidade de se criar um documento que explicita as vazões transpostas por São Paulo, garantindo assim diálogo para eventuais necessidade de aumento da transposição no futuro.

Fabrício Gomes (DAEE) sugeriu que, caso o Rio de Janeiro sinta a necessidade de uma formalização, que os representantes enviem uma solicitação para as instâncias superiores e voltem a discutir a resolução.

Joaquim Gondim (ANA) falou que o Rio de Janeiro já enviou oficialmente o documento com o pedido das alterações ao GAOPS e que isto vem sendo discutido no referido Grupo.

Eduardo Dantas (CEIVAP) mencionou que o CEIVAP precisa se posicionar. Perguntou se existe algum outro encaminhamento ou se o grupo entende que o CEIVAP acha importante a formalização de um documento entre os estados. A maneira da formalização, os estados vão discutir no âmbito do GAOPS em conjunto com a ANA. O que precisa sair desse grupo é se o comitê entende que é importante fazer a formalização das vazões já pactuadas. Ele deu oportunidade para o grupo sugerir outras propostas de encaminhamento. Em seguida, pediu para quem fosse contrário ao posicionamento do CEIVAP apoiar a formalização das vazões através de um documento complementar a resolução existente entre os três estados se manifestasse.

Luiz Roberto Barretti (ABES/SP) respondeu que, enquanto representante do CBH-PS, não se sente confortável enquanto não tiver uma proposta de documento formalizada. Ele

reafirmou que enquanto não souber qual será o documento, não apoia. O que foi colocado é necessidade de diálogo e embasamento técnico. Disse que, o diálogo entre órgãos gestores seria outra questão e colocar isso no documento interfere nas ações dos órgãos gestores. Finalizou falando que precisa saber o posicionamento do GAOPS primeiro.

Julio Cesar Antunes (Comitê Guandu) retomou a fala da ANA sobre a colocação do GTAOH. Dentro do GAOPS vai ser avaliado pelos órgãos gestores se vai ser ratificação ou notificação. O consenso de escrever o que balizou os estudos e o acordo federativo já está definido. A questão é se o GTAOH acha importante que isso fique registrado, esse é o encaminhamento.

Joaquim Gondim (ANA) disse que duas propostas estão sendo levadas para a reunião do GAOPS. A primeira, de ser um comunicado e a segunda, inserir formalmente na resolução conjunta. Como há a participação de um membro do CEIVAP no GAOPS, o representante entendeu que era importante colocar esse assunto na reunião do GTAOH para se ter um posicionamento do comitê. Os órgãos gestores dos estados devem ver a posição de suas secretarias e o representante do CEIVAP no GAOPS precisa de orientação do GTAOH.

Paulo Diniz (ONS) concluiu que o grupo não chegará a um consenso sobre esse tema por ser um assunto complexo. Entende que deverá haver uma votação, onde cada membro formal do GTAOH se manifeste sobre ser a favor ou contra a alteração da resolução.

Zeila Piotto (FIESP) lembrou que grupo de trabalho não é deliberativo e não vota, é apoio ao comitê. Qualquer que seja o parecer desse grupo para o CEIVAP, precisa de formalização.

Eduardo Dantas (CEIVAP) disse que o GTAOH deve auxiliar o posicionamento do membro do CEIVAP no GAOPS, e que precisa de uma definição se o comitê apoia a formalização das vazões de transposição já pactuadas em estudos técnicos em um documento complementar dos órgãos gestores dos três estados e a ANA. A forma como isso vai acontecer não está em discussão nesse grupo. Pediu que as instituições presentes formalizassem suas opiniões se apoiam ou não esse encaminhamento.

Zeila Piotto (FIESP, não membro) não apoia nas condições apresentadas.

Edson Falcão (INEA, membro) disse que o INEA é favorável ao documento.

Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS, membro) apoiou a decisão.

Diogo Azevedo (Light, não membro) disse que a Light também apoia.

Jorge Rossi (CEDAE, membro) apoia o encaminhamento.

Nélio Rodrigues (CEDAE, membro) apoia o encaminhamento.

Fabrcio Gomes (DAEE, não membro) disse que da forma como está sendo encaminhado, não apoia.

José Roberto (CETESB, não membro) não apoia o encaminhamento.

Eduardo Dantas (CEIVAP) lembrou que a votação é somente para os membros e os convidados devem se abster.

Luiz Roberto Barretti (CBH-PS, membro) disse que não apoia pelo radicalismo de posições.

Eduardo Araújo (IGAM, membro) disse que apoia o encaminhamento.

Paulo de Tarso (FIRJAN, membro), favorável

Larissa Costa (Sea-RJ, não membro), favorável

Lício Sá (CBH-R2R, membro), favorável

Cid Magalhães (prefeitura Rio Claro-RJ, membro), favorável

Contabilizando apenas os votos dos membros permanentes, totalizou: 8 favoráveis e 1 contra.

Zeila Piotto (FIESP) disse que é importante que se coloque na correspondência de manifestação do GT para subsidiar o CEIVAP que houve dissenso.

Eduardo Dantas (CEIVAP) falou que por maioria o grupo apoia a formalização de um documento assinado pelos três estados e pela ANA. A forma de como isso vai ser fica em discussão para o GAOPS. A segunda proposta do Edson Falcão (INEA) sobre o texto a ser escrito fica difícil para essa reunião. Ele abriu a palavra para manifestação antes de conduzir para os assuntos gerais.

Eduardo Ara (IGAM) se manifestou dizendo que Zeila Piotto, Luiz Roberto Barretti e Fabrício Gomes poderiam encaminhar uma minuta de texto sobre os seus posicionamentos por escrito e estabelecer um prazo para escrever algo a respeito.

Paulo Diniz (ONS) disse que é uma boa ideia enviar contribuições, propostas de texto e redação e sugeriu que fossem enviadas para ele no e-mail diniz@ons.org.br ou para o Edson Falcão.

5- Assuntos Gerais

Eduardo Dantas (CEIVAP) solicitou para enviarem contribuições para pauta da próxima reunião. A proposta inicial era fazer a reunião uma semana depois da reunião do GAOPS.

Edson Falcão (INEA) sugeriu que a próxima reunião seja no dia 23 de outubro, e que a pauta do GAOPS esteja fechada.

Joaquim Gondim (ANA) respondeu que é possível preparar a pauta do GAOPS e que o combinado na ANA foi que as reuniões do GAOPS acontecerão sempre na primeira terça-feira de cada mês. A pauta será enviada para os membros do GAOPS e eles repassarão para o GTAOH. O compromisso da ANA é que seja com dez dias de antecedência.

Eduardo Dantas (CEIVAP) sugeriu que a próxima reunião seja realizada no dia 24 de outubro, às 14 horas através de videoconferência.

Vera Lúcia Teixeira (CBH-MPS) disse que um dos pontos de pauta da próxima reunião é propor uma agenda para o próximo ano a fim de deixar as reuniões pré-agendadas.

Celso Bandeira (UFJF) se apresentou e agradeceu a oportunidade pela indicação.

Eduardo Araújo (IGAM) disse que o professor Celso pode contribuir muito com o grupo devido a sua experiência.

Eduardo Dantas (CEIVAP) agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

Encaminhamentos

- A próxima reunião será realizada no dia 24 de outubro, às 14 horas através de videoconferência.
- A eleição do coordenador será realizada na próxima reunião do GTAOH.
- O grupo, a partir de votação, apoiou o encaminhamento de documento formal para o GAOPS indicando a necessidade de formalização das vazões de transposição de São Paulo já pactuadas em estudos técnicos, em um documento complementar assinado pelos os órgãos gestores dos três estados e a ANA. As contribuições, propostas de texto e redação sugeridas poderão ser enviadas por e-mail ao Sr. Paulo Diniz ou para o Sr. Edson Falcão.

Início	14 horas	Encerramento	17 horas
Registro da reunião elaborado por:	AGEVAP		